



## O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A PRIVATIZAÇÃO DA ÁGUA NO RIO DE JANEIRO – A PROLAGOS COMO MODELO

Damaris Alencar de Farias <sup>1</sup>

### RESUMO

Este artigo busca evidenciar como o desenvolvimento sustentável e o discurso ambiental justificam a transformação da água em mercadoria e dessa maneira oportunizaram a privatização da água, não apenas no Rio de Janeiro (mais especificamente na Região dos Lagos) mas onde a política neoliberal se inseriu. Através de levantamento bibliográfico tendo como referencial teórico-metodológico o neoliberalismo, a água e o desenvolvimento sustentável, foram também analisados os mais recentes relatórios disponíveis publicamente pela Prolagos e sua holding Aegea. Os resultados obtidos revelam que a gestão da água por uma empresa privada do ponto de vista corporativo são satisfatórios pois as operações de captação, tratamento e distribuição da água são tratadas empresarialmente, sem possibilidade de prejuízos. Do ponto de vista ambiental, zelar pela disponibilidade de água, é obviamente vital, pois sem essa disponibilidade não há razão da existência da empresa. No entanto, todo o aspecto social envolvido nesse processo é ignorado, embora a água apesar do caráter vital que a água apresenta.

**Palavras-chave:** Água, Neoliberalismo, Privatização, Desenvolvimento Sustentável.

### ABSTRACT

This article seeks to show how sustainable development and the environmental discourse justify the transformation of water into a commodity and thus made possible the privatization of water, not only in Rio de Janeiro (more specifically in the Lakes Region) but where the neoliberal policy was inserted. Through a bibliographical survey having neoliberalism, water and sustainable development as theoretical and methodological references, the most recent reports publicly available by Prolagos and its holding Aegea were also analyzed. The results obtained show that the management of water by a private company from a corporate point of view is satisfactory because the operations of water collection, treatment and distribution are handled by business, without the possibility of damage. From an environmental point of view, ensuring the availability of water is obviously vital, as without this availability there is no reason for the company to exist. However, the entire social aspect involved in this process is ignored, despite the vital character that water presents.

**Key words:** Water, Neoliberalism, Privatization, Sustainable development.

---

<sup>1</sup> Mestranda do Curso de Geografia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro- UFRRJ, [dadafarias@gmail.com](mailto:dadafarias@gmail.com);



## INTRODUÇÃO

O debate sobre a questão da água vem sendo a cada ano mais fundamental, tanto pela rápida velocidade da degradação ambiental a que o mundo está submetido, quanto pelo vasto e acelerado alcance das políticas neoliberais. Se a escassez de água é uma realidade para as camadas menos favorecidas, estejam elas em áreas de escassez hídrica ou apenas de pobreza extrema, o fato é que a falta de água inexiste a quem pode por ela pagar. A crise hídrica, como tantas outras crises que surgem conjuntamente às crises estruturais do capitalismo, é uma crise socialmente construída, ao longo do tempo através do poder ideológico do desenvolvimento sustentável, capaz de tornar a água numa mercadoria e tirar do estado seu poder sobre a mesma, transformando-a num recurso, numa mercadoria.

Os municípios de Armação dos Búzios, Arraial do Cabo, Cabo Frio, Iguaba Grande e São Pedro da Aldeia situados na chamada Região dos Lagos do estado do Rio de Janeiro, tiveram sua água concedida à iniciativa privada em 1998. A Prolagos foi a vencedora do processo de concessão e desde então atua nesses cinco municípios. Embora exista todo um arcabouço midiático para enfatizar positivamente a atuação de uma empresa privada na gestão da água, é perceptível que todas suas ações são tomadas numa lógica capitalista, onde a água é tratada como mais um recurso e todas as medidas de proteção à água e à natureza são medidas de ajuste econômico-ecológico, visando sempre o lucro.

Diante do que era uma ameaça de privatização da CEDAE (companhia de águas esgotos do estado do Rio de Janeiro), e da aprovação do Novo Marco Legal do Saneamento no Brasil, o que levará à privatização maciça da água no Brasil, buscamos analisar como o desenvolvimento sustentável propicia a mudança de paradigma da água como um bem comum transformando-a, através da lógica da escassez, numa mercadoria.

## METODOLOGIA

A metodologia baseou-se na revisão bibliográfica de importantes autores que tratam da temática geográfica econômica e ambiental como David Harvey, geógrafo de importância internacional e grande crítico do capitalismo e do neoliberalismo; de Arlete



Moysés Rodrigues que atua na área de problemática ambiental urbana, espaço urbano e políticas públicas urbanas, sendo uma crítica aos escassos e superficiais debates relativos às questões ambientais nas cidades e na obra do professor Leandro Dias de Oliveira, um dos poucos autores que tratam da geopolítica ambiental e do desenvolvimento sustentável.

A operacionalização da pesquisa baseou-se no levantamento e aprofundamento analítico de dados e material público amplamente divulgado pela própria empresa nos canais de comunicação da PROLAGOS e da Aegea Saneamento e Participações S.A (holding da qual a Prolagos faz parte) e demais fontes jornalísticas, principalmente, nos mais recentes relatórios divulgados pela Aegea e pela Prolagos.

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

Como a água é transformada em mercadoria, seus cuidados e preservação se tornam a única forma de manter o lucro. Não havendo água disponível para a distribuição, não há como qualquer empresa manter seu faturamento, a matemática é simples

É fundamental para o capital, conhecer a geografia das riquezas naturais, para que sua reprodução seja cada vez mais ampliada. Ao mesmo tempo, surgem novos discursos para explicar a destruição da natureza com o intuito de apenas produzir mercadorias. O discurso do desenvolvimento sustentável é por si, destruidor, embora queira mostrar que com o passar do tempo a tendência seria modificar o “modus operandi” através de novas tecnologias. Hoje sabe-se que isso não passa de um grande engodo. Esse discurso enfatiza que as riquezas naturais são um bem comum a toda humanidade, no entanto nunca toca no fato de que apenas alguns poucos privilegiados, delas se beneficiam extraindo-lhe riqueza monetária. Apesar dos avanços tecnológicos terem papel fundamental na conquista de novos conhecimentos sobre a natureza e de apropriação do território, encobre-se “a importância do território, das riquezas naturais, do trabalho”, com novos discursos que lançam uma cortina de fumaça sobre estas questões fundamentais, fazendo com que as riquezas naturais só sejam “consideradas importantes quando relacionadas ao mercado e às contas” (RODRIGUES, 2009).

Arlete Moysés Rodrigues (2009) aponta que a sociedade muda de aparência, mas sua essência ainda é desconhecida. Para a autora, os problemas do meio ambiente são produtos do sucesso do modo de produção capitalista, do avanço das tecnologias e não



das crises do sistema capitalista. Assim, “o Estado-Nação é subjogado pelas normas do capital financeiro, do neoliberalismo travestido de desenvolvimento sustentável” (RODRIGUES, 2009). Os problemas sociais não são importantes por não servirem à reprodução ampliada do capital, pois este conta com alta tecnologia para continuar a ampliar sua reprodução. O ambiente é de todos, sua dilapidação também, mas a riqueza obtida através dele vai para poucos. Novamente, o discurso do bem comum mas apropriado por poucos. E se a sociedade se torna abstrata, concreto é apenas o capital. Os problemas reais são deixados de lado com os ideais do desenvolvimento sustentável, “a essência dos problemas, do significado do modelo econômico, ou o que seriam desvios, não são sequer aventados” (RODRIGUES, 2009).

Para Arlete Moises Rodrigues, o desenvolvimento sustentável se tornou a nova mágica capaz de resolver todos os problemas no futuro e todo estudo que utiliza o termo desenvolvimento sustentável trata a sociedade como uma abstração. Na política o neoliberalismo tem a meta de atingir o desenvolvimento sustentável. Estados assinam a agenda 21, mas são as multinacionais que detêm o poder tecnológico enquanto o Estado deve ser mínimo no neoliberalismo.

Oliveira (2012) aponta que desenvolver já teve um sentido de romper o que está oculto, retirar o que oculta, algo cíclico que tem começo, meio e fim. Com o positivismo, desenvolver passa a ter o sentido de aumento, crescimento, prosperidade. Após a Segunda Guerra Mundial o termo subdesenvolvido se populariza e desenvolvimento virou sinônimo de aumento de riqueza, progressão material e meta a ser atingida por todos os países do mundo.

Para Leandro Oliveira (2012), o desenvolvimento para o capitalismo significa dentre outras coisas: hegemonia econômica (desenvolvimento é a meta a ser atingida pelos países da periferia econômica mundial) e uma ideologia muito forte onde todos querem alcançar um futuro próspero através da perpetuação do modelo vigente. Todavia, a crescente demanda ambiental imposta pelo modelo capitalista através do tempo, tomaram a agenda ambiental global, pois era impossível o estilo de vida americano a todo o mundo. A meta de todos os países do globo é atingir o desenvolvimento pleno.

A realidade do desenvolvimento sustentável é que se trata de um projeto político de dominação territorial baseada no controle de riquezas naturais, articulado estrategicamente de forma diplomático-protocolar, destacadamente por meio das grandes conferências ambientais (OLIVEIRA, 2012).



“A concepção de desenvolvimento sustentável significou o encontro entre os pressupostos econômicos dominantes e a problemática ambiental sob uma ordem geopolítica, sem que se questionasse o significado de desenvolvimento e seus matizes técnicos, políticos, econômicos e sociais” (OLIVEIRA, 2012). O desenvolvimento sustentável é altamente adaptável a qualquer modelo econômico seja de livre-mercado seja de maior intervenção estatal, de maneira que o Banco Mundial se tornou o grande financiador do desenvolvimento sustentável. O desenvolvimento sustentável é a união entre os interesses econômicos e a preocupação em preservar o ambiente para uma exploração futura.

Para David Harvey, o pensamento cartesiano erra ao considerar o capital e a natureza como duas entidades distintas, aumentando o erro por considerar que um domina o outro. “O capital é um sistema ecológico, onde natureza e capital vão sempre sendo produzidos e reproduzidos” (HARVEY, 2016). O ecossistema constitui-se da contradição entre capital e natureza da mesma forma que a mercadoria se contradiz com o valor de uso e o valor de troca.

Citando Neil Smith, Harvey afirma que o capital transformou a questão ambiental num grande negócio: as tecnologias são extremamente valorizadas na Bolsa de Valores e quando isso acontece a relação entre a engenharia metabólica e a natureza se torna autônoma em relação às necessidades reais, se tornando uma estratégia de acumulação.

O apoio popular ao ambientalismo das grandes empresas tem sido útil tanto ao capital quanto às políticas ambientais. A natureza é fundamental ao capitalismo como uma grande reserva de valores de uso potenciais que podem ser usados através de diferentes tecnologias na produção de mercadorias. A utilidade da natureza é transformada e trocada como mercadoria, só dessa forma a racionalidade econômica do capital pode se impor ao mundo.

A natureza é subdividida na forma de direitos de propriedade privada, garantidos pelo Estado, o que promove o cercamento dos bens comuns. Não dá para cercar o ar ou os oceanos, mas o Estado cria formas e alternativas para monetizar e comercializar todos os aspectos dos bens comuns do meio natural.. “Quando os bens comuns são privatizados, todos os objetos, coisas e processos existentes neles recebem um valor (às vezes de forma arbitrária, por ordem burocrática)”, de maneira que pouco importa “se neles foi investido trabalho social ou não. É assim que o capital cria seu ecossistema característico” (HARVEY, 2016). O capitalismo valoriza a natureza sem que haja trabalho social nela para



que surja o valor. Com isso, quem possui a posse da terra pode extrair riqueza da natureza transformando em riqueza monetária. “Essa classe é dona da natureza da qual precisamos para viver e pode ameaçar a perpetuação do capital, monopolizando toda riqueza para si”; e “o solo urbano e o mercado imobiliário e o mundo dos recursos naturais são lugares fecundos para uma classe rentista próspera acumular ainda mais riqueza e poder” (HARVEY, 2016), de maneira que esse poder se espalha para a circulação de capital pelas tecnologias.

A maneira como a classe rentista domina a natureza permite a manipulação da escassez e a especulação sobre o valor dos ativos que ela controla. Todos os períodos de fome dos últimos 200 anos não foram determinados pela natureza, mas sim produzidos socialmente (HARVEY, 2016).

Para o autor, um movimento para ser efetivamente ecológico, deve antes de tudo ser um movimento anticapitalista. É importante para o capital que ele se vista com o manto da responsabilidade ambiental como fundamento legítimo do ambientalismo das grandes empresas do futuro, assim ele poderá dominar os discursos ecológicos e definir a natureza segundo seus termos e tentar resolver a contradição entre capital e natureza de acordo com seus interesses de classe. Para Harvey, o capital não pode senão privatizar, mercantilizar, monetizar e comercializar todos os aspectos possíveis da natureza, de maneira que o que se destrói é nossa capacidade de sermos humanos de qualquer outra maneira que não seja aquela exigida e ditada pelo capital. A alienação da natureza é a alienação do potencial da nossa espécie. Isso gera um espírito de revolta no qual palavras como dignidade, respeito, compaixão, cuidado e afeto se tornam slogans revolucionários, e valores como verdade e beleza, substituem os cálculos frios do trabalho social (HARVEY, 2016).

Novamente, Leandro Dias de Oliveira, no artigo intitulado “Ecologia política, reestruturação territorial-produtiva e desenvolvimento sustentável no Brasil: lições do extremo oeste da Região Metropolitana do Rio de Janeiro” (2020). Para o autor, a junção da ecologia política com a geografia econômica permite melhor avaliar o desenvolvimento econômico e a construção do capitalismo verde, a adoção da produção flexível nos países periféricos e ainda a parceria entre o neoliberalismo e o desenvolvimento sustentável. Há que se refletir sobre o processo de reestruturação produtiva e o catálogo de ajustes ambientais das empresas, o papel atual do Estado e a terceirização de responsabilidades ecológicas, e a instalação de indústrias em



esconderijos espaciais e a criação de zonas de sacrifício, paraísos da poluição ou mesmo espaços segregados. (OLIVEIRA, 2020).

São inúmeras as facetas do capitalismo frente o meio ambiente na busca desenfreada pela acumulação de capital. Milton Santos (1996), numa das mais importantes obras da geografia, demonstrava que a globalização, através do meio técnico-científico-informacional, tinha como intenção uma busca global por acumulação de capital. Para o autor, a crise ambiental era fruto de uma busca mundial por lucro através do modo de produção destrutivo que nada respeita: fronteiras, populações locais e a própria natureza do entorno.

Trata-se, assim, de um exercício do que Leandro Oliveira intitula “ecologia política da industrialização” (2020). A abordagem da ecologia política é de extrema importância para a geografia econômica pois oferece a interpretação política da relação sociedade-natureza (ecologia política) e permite uma crítica à mercantilização da vida. A dicotomia preservação ambiental versus ampliação do capital com perdas significativas para os mais pobres e para os trabalhadores.

Porto-Gonçalves (apud OLIVEIRA, 2020) mostra que as medidas de proteção ambiental se entrelaçam no mundo dos negócios e se institucionalizam para além do Estado através da neoliberalização e do empresariamento da questão ecológica, com a expressiva ramificação dos braços fundacionais das grandes empresas.

O termo desenvolvimento, muda sua semântica com o capitalismo. Passa a ser sinônimo de transformação da natureza em matéria-prima, combustível, recurso econômico e commodity presente e futura, transformar a natureza para acumular capital. No Rio de Janeiro, sob o discurso neoliberal, da flexibilização produtiva e do desenvolvimento sustentável, temos visto a constante privatização do território, a financialização a todo momento e a mercantilização da natureza. O atual modelo político-econômico é sanguinário, mas camuflado com disfarces ideológicos. A extrema violência na busca por lucros demonstra uma profunda crise no sistema.

Neste cenário, ser sustentável é preencher alguns poucos quesitos de proteção à natureza, sem se preocupar com o que está por trás. O desenvolvimento sustentável baseia-se na inovação e na tecnologia para o capital. A sua construção não é um processo coletivo, dialógico, democrático e capaz de mobilizar diferentes sujeitos em sua construção. As vozes dissonantes, dos sujeitos periferizados não se mostram audíveis perante o alto volume das demandas dos gestores dos grandes investimentos locais, de



maneira que as noções do nosso futuro comum, de objetivos comuns, e de uma agenda para o século XXI são subalternizadas pelos projetos da tecnocracia das grandes empresas, com grande poder decisório sobre os horizontes de adequação sociedade-natureza (OLIVEIRA, 2020). E como sua adoção não significou uma grande transformação na relação sociedade-natureza, a esperança reside numa análise crítica da ecologia política compromissada com a justiça social e ambiental junto a um difícil processo de construção, uma alternativa factível ao atual modelo socioambiental excludente, segregador e violento.

São com tais argumentos analíticos que buscaremos demonstrar como a adoção do modelo de desenvolvimento sustentável pela Prolagos promove a privatização da água como a solução para o problema da distribuição, não apenas no Rio de Janeiro, mas em todo Brasil.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

O objetivo do artigo é debater o processo de transferência da infraestrutura básica – nacional e fluminense – de captação, distribuição e tratamento da água do Estado para a iniciativa privada. À iniciativa privada coube a gerência, manutenção e cobrança de algo já existente, mas essencialmente, a obtenção de lucro. Maude Barlow e Tony Clarke, apontam que a privatização da água ainda está em seus primórdios, mas segundo especialistas da área de investimentos, trata-se do melhor investimento do século atual. No entanto essa “apropriação” não se deu ao acaso, como salienta Porto-Gonçalves (2006): todo o conjunto de leis, normas e de instituições que permitiram transformar a água em fonte de lucro, em mercadoria, passou por instâncias políticas e foram aceitas por representantes escolhidos pela própria população, diretamente afetada.

A água só passou a receber algum tipo de atenção por parte do poder público brasileiro após a década de 1960, com o avanço dos processos de industrialização e urbanização. As consequências desse crescimento urbano sem planejamento foram a geração de uma série de problemas socioambientais ao país, dentre eles os péssimos índices de saúde, que estavam diretamente ligados à falta de água e esgotamento sanitários (TUCCI, 1999). Conforme aponta Tucci (1999), até a década de 1930 as poucas empresas que atuavam nos serviços públicos de água eram estrangeiras, mas, a partir de



1934, com o Código de Águas, tido como o primeiro marco regulatório das águas no Brasil (Decreto N° 24.643/1934), essas empresas passam a ser nacionalizadas.

Em muitas idas e vindas e descontinuidades no setor de saneamento, o governo militar, em 1971, criou o Plano Nacional de Saneamento (PLANASA). Este tinha por objetivo acabar com o déficit de saneamento em áreas urbanas e promover a criação das Companhias Estaduais de Saneamento Básico (CESBs), sendo a Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro – CEDAE uma delas. As CESBs seriam as responsáveis pela execução do PLANASA e ainda tinham a missão de desenvolver tecnologias de baixo custo. O PLANASA foi, talvez, a única política ligada ao abastecimento que culminou em algum resultado positivo durante todo o período de ditadura militar, no entanto, a partir da redemocratização, o PLANASA passou por uma série de dificuldades. Com as dificuldades econômicas que o Brasil sofreu durante a ditadura militar, manter as tarifas de água e saneamento compatíveis com a realidade das famílias brasileiras se tornou impossível e mais uma vez a população menos favorecida era a mais prejudicada no quesito saneamento.

No estado do Rio de Janeiro, a maior parte do abastecimento de água é de responsabilidade da CEDAE, a Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro. A CEDAE, empresa estatal criada no ano de 1975 após fusão da Empresa de Saneamento da Guanabara (ESAG) e a Companhia Estadual de Águas da Guanabara (CEDAG), fruto da própria fusão dos estados da Guanabara e do estado do Rio de Janeiro.

Na década de 1990, o Brasil passou a experimentar políticas neoliberais nas mais diversas áreas, incluindo-se aí a privatização da água. Diversos municípios brasileiros passam a gestão da água a empresas privadas com a premissa de que o Estado não dispunha de recursos para ampliação da rede de distribuição. Nesse contexto, os municípios de Arraial do Cabo, Armação dos Búzios, Cabo Frio, Iguaba Grande e São Pedro da Aldeia, que pertencem à Microrregião dos Lagos, usualmente conhecida como Região dos Lagos ou ainda classificada como Região da Costa do Sol – a Microrregião dos Lagos é uma divisão do estado do Rio de Janeiro também pertencente à Mesorregião das Baixadas Litorâneas (Disponível em: <http://www.arraialdocabo.com.br/como-chegar-em-arraial-do-cabo/microrregiao-dos-lagos.htm>. Acesso em: 27 de abril de 2021). Ciente que microrregião é uma subdivisão que não constitui uma entidade política ou administrativa, mas agrupam municípios limítrofes com características comuns, chamaremos neste trabalho de Região dos Lagos para efeito de simplificação, essas



cidades que tiveram sua água e saneamento básico cedidos à pressão neoliberal, e passaram por processo de concessão (Arraial do Cabo inicialmente teve apenas sua água entregue à concessão sendo o esgoto apenas no ano de 2016).

A necessidade de água no meio urbano envolve, obviamente, o abastecimento, uma atividade estratégica para a melhoria da saúde pública e o desenvolvimento socioeconômico do país. Contribui para diminuir a incidência de doenças e as despesas com assistência médico-hospitalar, mas também para aumentar a renda e o emprego entre as populações de baixa renda (TUCCI, 1999). Nesse sentido, a escassez de água sempre foi tida como o grande entrave ao pleno desenvolvimento da Região dos Lagos. Como a urbanização fluminense era premente e a atuação da CEDAE era ínfima, aliado ao problema da escassez geográfica de água, a Região dos Lagos teve alguns de seus municípios escolhidos, entre outros no estado do Rio de Janeiro, para que a gestão da água passasse para mãos privadas.

A Prolagos é a empresa responsável pela prestação de serviços de saneamento básico nos municípios de Arraial do Cabo, Búzios, Cabo Frio, Iguaba Grande e São Pedro da Aldeia desde 1998. Com sede em São Pedro da Aldeia, a Prolagos saiu vencedora do edital de licitação por concorrência pública divulgado em 27 de dezembro de 1996, quase dois anos após a promulgação da Lei de Concessões 8987/95. A Prolagos, a partir de 2010 passou a pertencer à Aegea Saneamento e Participações S.A, que é uma holding de saneamento que engloba empresas atuantes em quarenta e nove municípios de onze estados das cinco regiões brasileiras.

Segundo a própria Prolagos, desde 1998 a empresa já investiu mais de R\$ 1,2 bilhão em saneamento básico, triplicando o fornecimento de água potável, passando de 30% a 71,2% o atendimento da população da área urbana, e de 0 para 77,14% o índice de atendimento em esgotamento sanitário (PROLAGOS, 2018). Ainda segundo a própria Prolagos, para atingir tais números,

ela opera sete modernas estações de tratamento de esgoto e implantou mais de 155 km de rede coletora com capacidade para tratar 70 milhões de litros de esgoto por dia. Ainda ampliou e construiu duas estações de tratamento, 222 quilômetros de adutoras (tubulação de grande porte que transporta água) e 2.269 quilômetros de rede de distribuição de água (PROLAGOS, 2018).

Segundo a Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro (AGENERSA), responsável pela fiscalização e regulação dos contratos



de concessão, as principais metas contratuais que deveriam ser atendidas pela Prolagos ao longo dos 25 anos de concessão seriam as apresentadas no quadro a seguir:

**Quadro 01. Metas Contratuais Prolagos (Percentuais sobre a população urbana residente e flutuante)**

**METAS CONTRATUAIS PROLAGOS**

**(Percentuais sobre a População Urbana Residente e Flutuante)**

<b>Tempo de Concessão</b>	<b>Água</b>	<b>Esgoto</b>
3º ano (2001)	80%	30%
8º ano (2006)	83%	40%
13º ano (2011)	85%	50%
20º ano (2018)	85%	65%
25º ano (2023)	90%	70%

Fonte: AGENERSA (2020).

Em 2019 a Prolagos já havia alcançado 98% de cobertura da água, com investimento aplicado de R\$1,4 bilhão, um dos maiores investimentos em saneamento e distribuição de água por habitante no Brasil (ABCON -SINDCON, 2019). Uma atuação bem sucedida que confere não apenas à Prolagos, mas à iniciativa privada, exatamente o que a doutrina neoliberal acusa de faltar às administrações públicas: uma melhor gestão sobre água.

Talvez a maioria da população não faça ideia do poder concedido a uma empresa privada para o gerenciamento de um bem tão precioso, não apenas para a sobrevivência fisiológica, mas também para atividades econômicas importantes como a indústria, a agropecuária e também o turismo, principal impulsionador da economia da Região dos Lagos. A escassez anteriormente considerada física – apenas a Lagoa de Juturnaíba era o ponto de captação de água para os municípios atendidos pela Prolagos – talvez tenha se convertido num outro tipo de escassez: a escassez de água para quem não pode pagar pela água.

A Prolagos, é uma empresa criada com a especificidade de substituir um serviço anteriormente público. Uma empresa que surge para atender um processo de privatização que foi fruto de manobras políticas neoliberais adotadas pelo Estado. Como Harvey



(2016) argumenta, o capital sempre obtém sucesso com os problemas ambientais. As constantes faltas d'água na Região dos Lagos, aliadas ao mau atendimento do serviço público de abastecimento de água, juntaram-se ao discurso constante da escassez de água criando as condições ideais de se transformar a água numa nova forma de acumulação capitalista, pela elite financeira do sistema.

A privatização da água que tem seu início em território brasileiro na década de 1990, trata-se de uma das facetas da reestruturação produtiva em curso. A iniciativa privada toma o lugar antes ocupado pelo poder público e este então deixa de atender a população, principalmente a mais vulnerável, em áreas essenciais como a distribuição de água. Diante da crise ambiental que ronda o mundo desde então, a solução encontrada pelo capital para atender ao meio preservacionista e o desenvolvimentista foi o desenvolvimento sustentável. A questão ambiental foi transformada num grande e lucrativo negócio (HARVEY, 2016).

E a Prolagos pode ser considerada um grande negócio para o capital. Enquanto busca atender à questão da distribuição de água na Região dos Lagos, ela também obtém grandes lucros a seu conglomerado. Para atingir as metas contratuais e o sucesso perante sua clientela, o modelo de atuação adotado ao longo dos anos é o modelo da sustentabilidade ambiental.

Sua política ambiental é bastante abrangente, e pela natureza da própria temática, incontestável. Como a maioria das empresas privadas na atualidade, a Prolagos possui alguns programas de responsabilidade social e ambiental, como tem sido feito por várias concessões, pois trata-se de uma prática recorrente nas empresas privadas com o intuito de propor medidas de conscientização sobre a importância da preservação do meio ambiente por parte da população. Tais medidas têm como intuito incluir preocupação ambiental e social perante a população, ciente que o modelo é parte da própria reestruturação produtiva em curso. Na página oficial da empresa, é possível conhecer alguns dos projetos ambientais empreendidos pela Prolagos. Através deles observa-se que há sempre o intuito de demonstrar o quão preocupada a empresa é, não somente com a água e com o meio ambiente, mas também com a população por ela atendida, afinal a água pertence a todos, todos são responsáveis por sua preservação e consumo consciente. Integrar a comunidade ao discurso da sustentabilidade é estratégico. A população passa a considerar a importância de uma empresa tão dedicada ao meio ambiente, que busca integrar a comunidade a sua atividade fim, ignorando a realidade de que cabe ao Estado



a manutenção do bem-estar social e de que só quem pode pagar pela água, terá direito de obtê-la. Como aponta Harvey (2016), o apoio popular ao ambientalismo das grandes empresas é extremamente útil tanto ao capital quanto às políticas ambientais.

Em seus pilares de atuação, o pilar ambiental ocupa posição de destaque. No quadro a seguir é possível observar, seus três pilares de atuação:

**Quadro 05.** Pilares de atuação da Prolagos.

<b>Econômico</b>	<b>Ambiental</b>	<b>Social</b>
- Criação de valor para todos os elos de sua cadeia;	- Prevenção da poluição e ações de proteção ao meio ambiente;	- Prevenção de lesões e doenças dos seus colaboradores, por meio da gestão de perigos e análise de riscos;
- Melhoria contínua e sustentável dos seus processos;	- Gestão dos aspectos e impactos associados às suas atividades;	- Melhoria contínua do desempenho da Saúde e Segurança;
- Busca constante por soluções inovadoras;	- Busca contínua pela eficiência energética;	- Comportamento legal, ético e transparente junto às partes interessadas;
-Transparência e responsabilidade na divulgação de informações.	- Utilização sustentável dos recursos naturais, em especial da água;	- Comportamento legal, ético e transparente junto às partes interessadas;
	- Minimização de perdas ao longo dos seus processos, redução de geração de resíduos e reuso da água;	- Desenvolvimento humano das comunidades onde atuamos;
	- Melhoria contínua do desempenho Ambiental.	- Promoção dos Direitos Humanos: combate a corrupção, ao trabalho infantil, ao assédio moral e sexual e ao trabalho forçado ou compulsório; - Prevenção de todas as formas de discriminação e respeito da diversidade.

Fonte: PROLAGOS (2018).

É possível observar que dos três pilares de atuação da empresa, o ambiental seria o único a ser implementado por voluntariamente pela empresa, posto que do pilar econômico, todas as medidas adotadas são comuns a qualquer tipo de empresa que vise



lucros e o pilar social, das sete medidas adotadas, seis são baseadas nas parcas legislações trabalhistas que ainda vigoram no país. O pilar ambiental, este sim, o mais instigante a ser analisado, demonstra que todo o zelo ambiental do discurso, no fundo se restringe à manutenção da fonte de lucro da empresa: a preservação da água. A água é a principal fonte de lucros e a razão de existir da empresa, tanto que ela possui até mesmo um manifesto próprio para a Aegea (holding da qual pertence a Prolagos).

A água como já mencionado anteriormente, é um recurso natural que se bem manejado, sempre estará disponível. Dessa forma a sustentabilidade é o assunto mais enfatizado tanto pela empresa quanto por sua corporação. Como qualquer cidadão sabe da importância da água, o discurso da sustentabilidade encobre o verdadeiro intuito de uma empresa privada de distribuição de água, a geração de lucro. “Pretende-se que as riquezas naturais sejam recursos que permitam o desenvolvimento sustentável para o capital” (Rodrigues, 2009)

Assim, a territorialização da água não apenas pela Prolagos, mas por toda sua holding Aegea (a Prolagos é anterior à Aegea, esta somente foi formada em 2010), lhes confere um poder inestimável dada a importância vital da água. Não é ao acaso o trecho que diz: *“Atento às diferenças, nos moldamos aos muitos Brasis. Compreendemos a beleza de cada fonte, de cada cidade, em cada canto do nosso País”*.

O Estado neoliberal dispensa seu papel de gestor da água, conseqüentemente do território, permitindo que uma empresa privada domine um elemento natural fundamental, onde a mesma possui o poder de especular seu valor (HARVEY, 2016), conforme sua vontade. O discurso do desenvolvimento sustentável tem o papel de encobrir a dominação territorial (embutida no tratamento e distribuição de água) que há nas ações de empresa como a Prolagos e todas as que compõem a Aegea e toda e qualquer empresa privada que substitua o papel de gestor do Estado sobre a água ou sobre qualquer outro bem natural. (OLIVEIRA, 2012) destaca que o desenvolvimento sustentável, na verdade, se trata de um projeto político de dominação territorial baseada no controle de riquezas naturais, que foi estrategicamente articulado por meio das grandes conferências ambientais.

Diante disso, pelo fato de água possuir um ciclo que se não respeitado, pode comprometer sua disponibilidade, fica evidente que a preservação e manutenção dos mananciais de água doce deva ser a prioridade para a manutenção dos lucros para a empresa. O discurso da sustentabilidade oculta a real importância das categorias



geográficas fundamentais, espaço, território e também natureza, ambiente, sociedade, relações sociais (RODRIGUES, 2006), não dando chance de que o debate sobre tais questões seja amplamente difundido pela sociedade, permitindo a manutenção da névoa que encobre uma das principais questões de uma empresa privada gerir a água: à população cabe zelar e pagar pela água sendo que somente a Prolagos irá lucrar com ela.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os relatórios e toda documentação relativos à Prolagos e da holding a que pertence, Aegea, analisados puderam fornecer valiosas informações sobre como atua uma empresa privada na distribuição de água. As informações ali contidas foram disponibilizadas pela Prolagos e Aegea, não havendo outros envolvidos, como poderia ocorrer com informes publicitários, por exemplo.

É de amplo conhecimento o fato de que a Prolagos é fruto de uma política neoliberal do Estado. Isso não significa que o Estado se eximiu de suas obrigações de fornecer água à população, o neoliberalismo como aponta Oliveira (2019), “é uma forma para que o Estado coloque o mercado em primeiro lugar em suas decisões”. O governo neoliberal atende prontamente os anseios e necessidades da elite financeira, em detrimento da ampla maioria da população.

Primeiramente, uma empresa privada que alcança a gerência da água de determinada localidade, pretende ali explorar por longos períodos de tempo. Por mais onerosos que sejam os investimentos em infraestrutura para a distribuição de água, eles não deverão ser realizados de imediato. As empresas participantes dos processos de concessão, já terão boa parte da infraestrutura construída e em funcionamento. O Estado já realizava o serviço de captação, tratamento e distribuição de água. Caberá a elas, investir nos ajustes os quais o poder público possuía dificuldades em atuar: na detecção de fraudes, na cobrança e na supressão do serviço aos inadimplentes. Outra característica da atuação da iniciativa privada na gestão da água que podemos observar é a expansão territorial que pretendem alcançar. A visão da Aegea é “ser reconhecida como a melhor companhia na viabilização e gestão de negócios de saneamento no Brasil e referência mundial”. A intenção é se perpetuar no poder sobre as águas (e consequentemente sobre o território) espacialmente e temporalmente, criando um novo tipo de poder, onde a



soberania dos governos se transforma em mera representação, uma vez que pela essencialidade da água, até mesmo o poder público ficará refém da iniciativa privada.

Fica evidente que o modelo de gestão adotado pela Prolagos e replicado por todas as concessionárias pertencentes à Aegea, torna e trata a água apenas como uma mercadoria. Ampliar os investimentos travestidos sob o manto da sustentabilidade nos cuidados ambientais e na própria expansão do sistema de distribuição de água não deixa de ser uma adequação combinada ao próprio processo de reestruturação produtiva que se põe em curso com o intuito único de gerar lucros à seus investidores. Ou seja, trata-se da própria expansão da empresa e da tecnificação plena da questão ambiental, sempre pensada como novos investimentos em mecanismos de filtragem e afins.

O modelo também não contempla um atendimento social, diferenciado, de distribuição de água para as camadas mais vulneráveis da população, vide os critérios para obtenção da tarifa social e os valores adotados pela Prolagos. Porto-Gonçalves (2018) já sinalizou que a crise hídrica enquanto atingiu apenas a população pauperizada, nunca atraiu as atenções governamentais com o intuito de realmente sanar o problema. Apesar das promessas de universalização da distribuição de água, fica bastante evidente que será negado o direito à água para as populações mais necessitadas e vulneráveis, que não terão como pagar pela água privatizada.

Outra característica marcante do neoliberalismo sobre a privatização da água é a completa ausência do povo nas discussões “democráticas”. O relatório analisado não demonstra com clareza a participação da sociedade civil nas discussões mais importantes. O que se mostra são medidas sem impacto relevante em relação à água, onde projetos incipientes são adornados de maneira a impressionar quem possa a se interessar pela leitura do relatório, sem uma visão mais profunda e crítica. Fica bastante claro que não há interesse em dialogar com os maiores impactados pela atuação da empresa, as populações locais. Nenhuma associação de moradores, sindicato ou movimento social popular aparece no relatório. Pelo que é mostrado no relatório, verifica-se que a Prolagos adota um conteúdo técnico e instrumental, onde os problemas de gestão da água são de ordem meramente técnica. A questão social, intrínseca à água, é simplesmente ignorada por ela. Como uma família de desempregados subsistirá sem poder arcar com os custos da água? Uma questão muito comum num país assolado pelo desemprego, como o Brasil atual.



A relação sociedade-natureza merece receber maior atenção por parte da Geografia Econômica. Cada vez mais a natureza tem sido apropriada por alguns poucos privilegiados que com ela enriquecem enquanto a grande maioria precisa pagar para sobreviver, como no caso da água. Há uma ideologia embutida no desenvolvimento sustentável de que há uma apropriação igualitária da natureza por todos (OLIVEIRA, 2019), da mesma maneira a Prolagos trata a água, como se a todos pertencesse, mas somente a ela cabe o lucro por sua exploração.

Enquanto os discursos ambientais focam apenas nas mazelas ambientais sob o ponto de vista ecológico e a luta de classes é negada nesses mesmos discursos, cada vez mais injustiças serão cometidas e milhares de pessoas terão seu acesso aos bens naturais, negado.

Ao descrever em seu relatório as entidades de classe com as quais articula, a Aegea frisa sua preocupação com os aspectos regulatórios, pois ela na realidade tem interesse em ampliar seu espaço de atuação, o capital anseia por acumular seus lucros mais e mais, daí seu amplo interesse em “protagonizar os avanços que almejamos para o Brasil”, o que confirma a impressão anterior do caráter meramente técnico (e econômico) que a Aegea tem sobre a água. Toda essencialidade da água, tão discutida e debatida pelos ambientalistas, pelos fóruns ambientais, pelas populações tradicionais, pelos indígenas, tornam-se apenas uma “campanha de marketing” que encobre o que é essencial na água para uma holding que busca apenas expandir e consolidar sua atuação sobre a água: aumentar sua margem de lucros.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARLOW, M.; CLARKE, T. Ouro Azul: como as grandes corporações estão se apoderando. **São Paulo: M. Books**, 2003.
- HARVEY, D. O Neoliberalismo: história e implicações. São Paulo: **Loyola**, 2005.
- HARVEY, D. **Os limites do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.
- HARVEY, D. **17 contradições e o fim do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- OLIVEIRA, L. D. **A Construção do Desenvolvimento Sustentável na cidade de Volta Redonda: Um estudo sobre Reestruturação do Território e Ideologia**. 2006. 204p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de geografia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, 2006.
- OLIVEIRA, L. D. A Geopolítica do desenvolvimento Sustentável: reflexões sobre o encontro entre economia e ecologia. **Carta Internacional**, v. 7, p. 118-139, 2012. Disponível em: <http://cartainternacional.abri.org.br/index.php/Carta/article/view/54>. Acesso em: 14 jul. 2021.
- OLIVEIRA, L. D. Geopolítica ambiental: a construção ideológica do desenvolvimento sustentável (1945-1992). **Espaço e Economia: Revista brasileira de geografia econômica**, n. 15, 2019.
- OLIVEIRA, L. Ecologia política, reestruturação territorial-produtiva e desenvolvimento sustentável no Brasil: lições do extremo oeste da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. **Espaço e Economia: Revista Brasileira de Geografia Econômica**, n. 19, 2020. Disponível em: <http://https://journals.openedition.org/espacoeconomia/13877>. Acesso em: 14 mar. 2021.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. A luta pela apropriação e reapropriação social da água na América Latina. In: FERNANDES, B. M. **Campesinato e Agronegócio na América Latina: A questão agrária atual**. São Paulo: Expressão popular, 2007, p 195-221.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. **A Globalização da natureza e a natureza da globalização**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. **O desafio ambiental**. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- REBOUÇAS, A.C. Água doce no Brasil. p.1-38. In: REBOUÇAS, A. C.; BRAGA, B.; TUNDISI, J. G. **Águas doces no Brasil: capital ecológico, uso e conservação**. São Paulo: Escrituras Editora, 1999.
- RODRIGUES, A M. **Produção e Consumo do e no Espaço**. A Problemática Ambiental Urbana. 1998.
- RODRIGUES, A. M. A Abordagem Ambiental – Questões para reflexão [Prefácio]. In: RODRIGUES, A. M. (Org.). **Problemática Ambiental Urbana: Abordagens Contemporâneas. Textos Didáticos, N.º 63**. Campinas, SP, IFCH / UNICAMP, 2007.
- RODRIGUES, A. M. **A Abordagem Ambiental – Questões para reflexão**. GeoTextos, v. 5, n. 1, 2009, p. 183-201.
- SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo, Editora Hucitec, 1996.